

TRABALHO DOCENTE E PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

TRABAJO DOCENTE Y PLAN NACIONAL DE EDUCACIÓN: UNA REVISIÓN
SISTEMÁTICA

TEACHING WORK AND NATIONAL EDUCATION PLAN: A SYSTEMATIC
REVIEW

Érika da Cruz Gonçalves Noberto*

erikanoberto.adm@hotmail.com

Osni Oliveira Noberto da Silva**

osni_edfisica@yahoo.com.br

* Universidade Norte do Paraná, Salvador/BA - Brasil

**Universidade do Estado da Bahia, Salvador/BA - Brasil

Resumo

O objetivo geral foi levantar a produção acadêmica produzida entre 2015 a 2019 referente as condições de trabalho docente no Plano Nacional de Educação. Os dados preliminares indicaram que 97 artigos foram encontrados. Em sua segunda etapa foi feita a leitura dos títulos dos textos, de maneira que restaram 32 estudos. Na próxima etapa foi feita a leitura dos resumos, sobrando 14 artigos. Por fim, os textos restantes foram lidos em sua totalidade e mais 4 foram eliminados, sobrando 10 artigos, que compuseram a amostra da presente pesquisa. Foi possível observar que houve uma oscilação no que refere a quantidade publicações científicas acerca da temática referida durante o período analisado. Outra coisa a se destacar é a importância das instituições públicas como mantenedoras das revistas acadêmicas. Além disso foi possível observar uma grande concentração de pesquisadores de Universidades e de revistas da região Sudeste do Brasil, inclusive é onde se localizam os periódicos de maior classificação no *Qualis*.

Palavras Chave: Trabalho docente; Plano Nacional de Educação; Revisão sistemática

Resumen

El objetivo general era encuestar la producción académica producida entre 2015 y 2019 con respecto a las condiciones de trabajo docente en el Plan Nacional de Educación. Los datos preliminares indicaron que se encontraron 97 artículos. En la segunda etapa, se leyeron los títulos de los textos, por lo que quedaron 32 estudios. En

el siguiente paso, se leyeron los resúmenes, dejando 14 artículos. Finalmente, los textos restantes se leyeron en su totalidad y se eliminaron 4 más, dejando 10 artículos, que comprendieron la muestra de la presente investigación. Fue posible observar que hubo una oscilación con respecto a la cantidad de publicaciones científicas sobre el tema mencionado durante el período analizado. Otra cosa a tener en cuenta es la importancia de las instituciones públicas como mantenedoras de revistas académicas. Además, fue posible observar una gran concentración de investigadores de universidades y revistas en la región sudeste de Brasil, incluidas las revistas con la clasificación más alta en Qualis.

Palabras clave: trabajo docente; Plan nacional de educación; Revisión sistemática

Abstract

The general objective was to survey the academic production produced between 2015 to 2019 regarding the teaching work conditions in the National Education Plan. Preliminary data indicated that 97 articles were found. In the second stage, the titles of the texts were read, so that 32 studies remained. In the next step, the abstracts were read, leaving 14 articles. Finally, the remaining texts were read in their entirety and 4 more were eliminated, leaving 10 articles, which comprised the sample of the present research. It was possible to observe that there was an oscillation with regard to the amount of scientific publications on the subject mentioned during the analyzed period. Another thing to note is the importance of public institutions as maintainers of academic journals. In addition, it was possible to observe a large concentration of researchers from Universities and magazines in the Southeast region of Brazil, including the journals with the highest ranking in Qualis.

Keywords: teaching work; National Education Plan; Systematic review

INTRODUÇÃO

Este texto acadêmico tem como temática as condições de trabalho dos professores e sua importância dentro do Plano Nacional de Educação (PNE). Este é um documento que norteia o planejamento e as ações referentes as políticas educacionais do Brasil num intervalo de dez anos. Criado inicialmente em 1962 pelo então Conselho Federal de Educação, possuía uma sequência de metas a serem cumpridas num prazo de 8 anos.

Porém somente em 1988 os PNE seguintes passaram a ser constituídos por Lei específicas e o intervalo foi ampliado para 10 anos, por conta da Emenda Constitucional nº 59/2009 e segue assim ainda nos dias atuais. O plano vigente atual compreende os anos de 2014 a 2024 e foi aprovado através da Lei Federal nº 13.005/2014.

O PNE em vigência atualmente é dividido em 10 diretrizes, que conseqüentemente se subdividem em 20 metas e que devem ser cumpridas no prazo estabelecido. Para tanto, uma série de estratégias específicas foram criadas para cada uma das metas, sempre tentando manter uma articulação entre a União, estados e municípios, como explicado por Vicente et al (2015).

O Plano Nacional de Educação (PNE), que exprime a política nacional da educação, com contribuições dos estados e municípios, dos profissionais da área e dos segmentos majoritários da população organizada, tende a dar reciprocidade ao trabalho de todas as instâncias públicas, evitando o desacerto entre as administrações públicas, nos campos federal, estadual, distrital e municipal (VICENTE et al, 2015, pág. 225).

Essas dez diretrizes estão discriminadas no artigo 2º do Plano Nacional de Educação apresentado a seguir:

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV – melhoria da qualidade da educação;
- V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país;
- VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX – valorização dos(as) profissionais da educação;
- X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL. p. 43).

É possível observar que dentre as dez diretrizes do PNE elencadas, a IX é a que trata especificamente e diretamente sobre a qualidade das condições de trabalho

docente, o que demonstra que no referido plano tal temática é elemento de atenção nas políticas públicas educacionais do país.

Porém, as atuais políticas, baseados no modelo neoliberal causou uma série de infelizes implicações ao trabalho do professor, como é explicado por Freitas (2012, p. 91),

a crítica às reformas [...] aponta que, em consonância com o modelo de ajuste neoliberal, prevaleceram, no período, políticas centradas na gestão, eficiência, gerência e de redução do papel do Estado, à revelia dos professores, atribuindo seu fracasso ao baixo protagonismo dos professores em sua implementação, produzindo, segundo essa ótica, a perpetuação das desigualdades, do baixo rendimento dos alunos e a repetência e o abandono da escola.

Por conta dessa importância a justificativa desse estudo se mostra relevante, haja vista que é necessário que mais estudos tenham como foco as condições de trabalho docente, no sentido de garantir que as políticas de valorização docente saiam do papel e sejam inseridos nas políticas públicas educacionais dos próximos anos.

Assim, levando em consideração os argumentos que norteiam a justificativa deste trabalho, o objetivo geral foi levantar a produção acadêmica produzida entre 2015 a 2019 referente as condições de trabalho docente no Plano Nacional de Educação.

Além disso, mais dois objetivos específicos foram expostos a seguir:

- Classificar as produções acadêmicas encontradas por região, estado e instituição de ensino;
- Levantar os principais focos de interesse dos pesquisadores no que se refere as condições de trabalho docente no Plano Nacional de Educação.

METODOLOGIA

Segundo Medina e Pailaquilén (2010) a revisão sistemática pode ser conceituada como sendo uma técnica que tem como foco a categorização, apresentação e análise de estudos produzidos sobre um determinado tema. Além disso, segundo os mesmos autores "os pesquisadores precisam das Revisão Sistemática (RS) para resumir os dados existentes, refinar hipóteses, estimar tamanhos de amostra e ajudar a definir agendas de trabalho futuro considerados como seus sujeitos" (MEDINA; PAILAQUILÉN, 2010, p. 7).

Segundo Costa e seus colaboradores (2014), para um melhor rigor na construção metodológica de uma revisão sistemática, algumas ponderações precisam ser levadas em consideração:

A avaliação dos estudos visa a constatar se eles são ou não pertinentes para responder à pergunta de pesquisa. Nesse ponto, você se pergunta com mais clareza: Os participantes dos estudos revisados representam a população que quero estudar? Os estudos apresentam alguma limitação que pode comprometer a interpretação do seu resultado final? (pág. 62).

Assim, Muñoz et al (2002) explicam que é necessário a definição de um tema específico, de uma ou mais base de dados de trabalhos acadêmicos, de palavras chave que guiarão a busca e de uma série de critérios de inclusão para determinar os textos que farão parte da análise final. Além disso, os autores precisam abordar, no momento da discussão os seguintes aspectos:

limitações metodológicas e qualidade dos artigos incluídos na pesquisa, significância dos efeitos observados, consistência desses efeitos através dos diferentes estudos, clareza ou não da relação dose-resposta, existência de algum fator indireto que reforce a evidência, outras possíveis explicações para os efeitos observados e a aplicabilidade dos resultados. (MUÑOZ et al, 2002, pág. 4).

Deste modo, para o presente artigo, foi realizado um levantamento bibliográfico, tendo como foco artigos publicados em revistas indexadas no buscador *Google Scholar*, no dia 15 de fevereiro de 2020.

A seleção obedeceu aos seguintes critérios de inclusão: apenas textos em português, publicados entre 2015 a 2019, utilizando como palavra chave “Trabalho docente e Plano Nacional de Educação”.

Os dados preliminares indicaram que 97 artigos foram encontrados. Em sua segunda etapa foi feita a leitura dos títulos dos textos, de maneira que restaram 32 estudos. Na próxima etapa foi feita a leitura dos resumos, sobrando 14 artigos. Por fim, os textos restantes foram lidos em sua totalidade e mais 4 foram eliminados, sobrando 10 artigos, que compuseram a amostra da presente pesquisa. Os textos selecionados são apresentados de forma resumida no Quadro 01 a seguir.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os textos selecionados e que integram a amostra final para o desenvolvimento deste estudo foram compostos de dez artigos acadêmicos, como pode ser observado no quadro 01.

Quadro 1 – Descrição dos artigos selecionados.

Título	Autor	Ano	Referência	Qualis Capes
Plano nacional de educação, autonomia controlada e adoecimento do professor	Piolli et al	2015	Cad. Cedes, Campinas, v. 35, n. 97, p. 589-607, set.-dez., 2015	A1
Formação dos professores universitários no plano nacional de educação.	Ferreira	2015	Revista Exitus Santarém, PA Vol. 5 N° 2 p. 40 – 51 Jul./Dez.2015	A4
Trabalho docente e o novo plano nacional de educação: valorização, formação e condições de trabalho.	Hypolito	2015	Cad. Cedes, Campinas, v. 35, n. 97, p. 517-534, set.-dez., 2015	A1
Políticas de formação de formadores para educação de jovens e adultos (EJA) no plano nacional de educação PNE 2014-2024	Bezerra e Machado	2016	Form. Doc., Belo Horizonte, v. 08, n. 14, p. 65-82, jan./jun. 2016.	B1
Valorização Profissional e Condições de Trabalho Docente no Plano Nacional de Educação 2014-2024	Roggero	2016	EccoS Revista Científica, núm. 40, mayo-agosto, 2016, pp. 113-128	A3
Formação docente e PNE (2014-2024): uma abordagem inicial	Morais e Henrique	2017	HOLOS, vol. 8, 2017, pp. 264-274	A3
Plano nacional de educação e a capacitação docente: percursos e perspectivas Brasil: percursos e perspectivas.	Luzzi e Silva	2018	Revista Brasileira de Educação, Cultura e Linguagem, Campo Grande, V.2, n. 2, p. 25-36, 2018	C
Profissionalidade docente no breve PNE: formação e valorização	Sudbrack et al	2018	Jornal de Políticas Educacionais. V. 12, n. 4. Fevereiro de 2018.	A3
O desenvolvimento profissional docente e o PNE (2014-2024).	Jardilino e Sampaio	2018	Revista Intersaberes. v. 13, n. 28 2018	B2
Formação continuada de professores: uma análise epistemológica das concepções postas no Plano Nacional da Educação (PNE 2014-2024) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC 2015)	Magalhães	2019	Revista Linhas. Florianópolis, v. 20, n. 43, p. 184-204, maio/ago. 2019.	A3

Fonte: Elaboração própria, 2020.

O primeiro texto analisado é o de Piolli e seus colaboradores (2015) e tem como foco analisar os impactos das reformas educacionais, e as políticas voltadas para o cumprimento de metas e indicadores com foco na produtividade, nas relações de trabalho, saúde e subjetividade dos professores. Os autores destacaram algumas das metas do Plano Nacional de Educação vigente, demonstrando o alinhamento contextual e ideológico com os conceitos advindos do setor privado-empresarial que foca na gestão educacional como a de uma empresa. Ao fim os autores alertam para os diversos problemas advindos das políticas educacionais baseadas apenas na racionalidade instrumental, tais como sofrimento, estresse e adoecimento docente.

O discurso da qualidade e da eficiência oculta processos de controle e de manipulação da subjetividade docente. A gestão heterônoma e *quantofrênica* implica em fragilização política e, em alguns casos, em estresse e adoecimento. O individualismo é incitado pela regulação avaliativa punitiva, e às vezes, sutil, manipulatória da vaidade e instauradora de competitividade mórbida. As relações de trabalho tendem a se atrelar à racionalidade heterônoma, ao passo que as metas idealizadas se afastam do cotidiano concreto. Elas tendem a se configurar não somente como idealizadas e abstratas, mas como algo ao qual o indivíduo busca atender sem se aperceber de que não poderá atingi-las a não ser lhe gerando fadiga, sofrimento, estresse e conflitos nas relações de trabalho (PIOLLI et al, 2015, pág. 605).

Já o artigo de Ferreira (2015) teve como objetivo discutir, dentro das políticas públicas orientadas pelo PNE atual, os aspectos que favorecem a profissionalização dos professores de ensino superior, assim como a formação, o plano de carreira dos docentes e estrutura física e material das instituições de ensino. Através de um estudo de análise documental, de base abordagem qualitativa, a autora deixa claro que apesar de existir avanços pontuais no que diz respeito ao trabalho de professores universitários, ainda há um caminho extenso a ser percorrido.

Pela interpretação abstraída da leitura do PNE (2014 – 2024) e de estudos anteriores, ainda há um longo caminho a trilhar no campo da profissionalização da docência universitária. Observo, também, pequenos avanços, embora timidamente sinalizados pela institucionalização nacional de acompanhamento pedagógico do professor universitário ingressante nesta profissão (FERREIRA, 2015, pág. 50).

No texto de Hypolito (2015) é feita uma discussão sobre o trabalho dos professores na Educação Básica a partir dos elementos referentes a valorização, a

formação e as condições de trabalho docente, indicados pelo PNE. De acordo com o autor, apesar de existir expectativa no que se refere ao orçamento destinado ao financiamento educacional, não há uma clareza no que tange as maneiras de se avaliar a educação e as implicações no trabalho docente.

Os sistemas apostilados estão se disseminando por todo o território. É uma forma de privatização e de controle sobre os processos de avaliação, de currículo padronizado e de exames, interfere sobremaneira no trabalho docente, tanto na definição do que ensinar quanto do como ensinar. Implica igualmente na formação docente e na valorização profissional. (...) O documento Pátria Educadora surge em um momento crucial e decisivo, quando muitas definições sobre a implementação do PNE estão sendo tomadas. O documento aponta para um direcionamento baseado no gerencialismo, nas políticas de avaliação, no currículo nacional, nos centros de formação. É, pois, temerário que o PNE enverede por este caminho e as questões da valorização profissional, das condições de trabalho, da formação inicial universitária de qualidade e de uma formação continuada delineada não para atender ao sucesso das políticas avaliativas e do currículo nacional, mas voltada para um enriquecimento curricular que se oponha ao empobrecimento curricular imposto pelos exames padronizados (HYPOLITO, 2015, pág. 531-532).

Já no artigo de Bezerra e Machado (2016) foi feita uma análise acerca das conquistas e perdas das discussões que precederam a publicação do PNE vigente no âmbito estadual e municipal, no que diz respeito aos desafios e possibilidades de formação de docentes para atuar em Educação de jovens e adultos (EJA). Os autores enfatizam que historicamente a educação básica necessita ser priorizada, especialmente o EJA. Porém, apesar do PNE representar um instrumento importante para o enfrentamento dos problemas no campo da educação, o EJA ficou sob responsabilidade das Instituições de ensino superior em formação dos docentes, muitas vezes sob currículos que pouco contemplam essa modalidade de ensino.

Conforme analisado até aqui, os desafios permanecem muitos em relação à formação inicial e continuada dos profissionais da educação, especialmente dos formadores de formadores da EJA. Uma via que emerge dessa discussão é o esforço constante de todos, em particular dos formadores atuantes nos cursos de licenciatura, das suas entidades representativas, a exemplo da ANFOPE, dos Fóruns Permanentes de Apoio à Formação Docente, em manterem-se acompanhando a execução e participando da atualização do PNE. Os Planos Estaduais de Educação (PEEs) e os Planos Municipais de Educação (PMEs) foram elaborados em amplos processos coletivos, dirigidos pelos

Fóruns Estaduais e Municipais de Educação, embora seus desdobramentos para aprovação pelos respectivos governos, assembleias e câmaras, tenham sofrido interferências e desvios políticos, estão também a merecer acompanhamento e ajustes visando às conquistas dos movimentos da sociedade civil pela formação e pela valorização dos profissionais de educação (BEZERRA; MACHADO, 2016, pág. 78).

No que diz respeito a valorização docente no PNE, o artigo de Roggero (2016) analisa os desafios a serem enfrentados na realidade atual da educação e os riscos de retrocesso no que se refere a valorização e nas condições de trabalho dos professores. A autora leva em consideração em sua discussão a quantidade de professores disponíveis, necessários e a dificuldade atual para atrair jovens interessados em ingressar na profissão docente, haja vista que isso coloca em suspeição as propostas de políticas públicas no que diz respeito a sua viabilidade. Por fim, a autora deixa claro que a valorização docente perpassa não só as qualidades e competências dos professores em sua atuação em sala de aula, mas também mediante uma estrutura social, cultura, política e econômica que permita um desenvolvimento profissional.

Como valorização profissional e condições de trabalho, piso e jornada docente são muito mais do que o que exige a Lei n.º 11.738/2008, mais do que está na Resolução CNE n.º 5/2010, e mais do que as metas e estratégias do PNE, isoladamente. São parte de um sistema nacional de educação, que ainda não existe como uma entidade bem constituída, mas como um aglomerado de órgãos que se esbarra e se sobrepõe, não raro, dificultando o cumprimento de qualquer projeto. Assim, esta autora vê que a valorização docente é algo cada vez mais complexo, que exige mais do professor que o domínio do conteúdo e de habilidades e competências da função educadora em sala de aula. Exige que avance na compreensão e no desenvolvimento de sua profissionalidade, no âmbito mais amplo da sociedade, da cultura e da economia política, em perspectiva contemporânea. Ninguém fará a valorização profissional e a melhoria das condições de trabalho a não ser os próprios professores, superando sua minoridade social. Contraditoriamente, a perspectiva mais otimista que parece presente no cenário que temos, no momento, pode ser dada pela velha lei da oferta e da procura (ROGGERO, 2016, pág. 126).

Já Moraes e Henrique (2017) fizeram um estudo que teve como objetivo analisar as metas e estratégias do PNE vigente no que se refere a formação docente na educação básica. Utilizando de um estudo de revisão bibliográfica e documental com base na teoria histórico-dialético, foi possível evidenciar que quatro das vinte metas do PNE tem

como foco a formação e a valorização dos docentes da educação básica, sendo que duas tratam da formação inicial e continuada. Os autores também observaram que nas estratégias atreladas ao cumprimento de tais metas existe a possibilidade de investimento público no âmbito privado, principalmente no que diz respeito a formação inicial nos cursos de licenciatura. Com isso os autores são enfáticos em concluir que o Plano Nacional de Educação vigente tem como uma de suas principais características a submissão aos interesses dos grandes empresários do setor privado educacional.

Vimos que as estratégias abrem espaço para investimento público na esfera privada, sobretudo no que tange à formação inicial de professores. Logo, percebemos que o PNE centra em atender as demandas dos interesses dos grandes empresários que são responsáveis pelas instituições de ensino privada. Notamos que a formação de professores para atuar na Educação Profissional ainda é pautada no reducionismo prática do trabalho docente nesse campo de atuação. Algo bastante preocupante, uma vez que sabemos as especificidades e as fragilidades do professor que desenvolve sua atividade no ensino técnico e tecnológico (MORAIS; HENRIQUE, 2017, pág. 273).

Indo no mesmo foco, Luzzi e Silva (2018) publicaram um artigo em que teve como objetivo investigar a formação inicial e continuada dos docentes brasileiros, no sentido de analisar a formação de professores diante das necessidades contemporâneas acerca da aprendizagem docente voltada para a diversidade social. A metodologia utilizada foi inicialmente uma pesquisa de natureza bibliográfica e documental, se valendo de um banco de dados múltiplo, seguido de uma análise inferencial e relacional. Os resultados indicaram que a formação inicial e continuada dos professores, voltado para a educação básica e suas diretrizes norteadoras necessitam de constante acompanhamento e revisão, haja vista que o professor é a figura central no que diz respeito ao sucesso das propostas existentes no PNE vigente.

Por meio do que foi dito e apresentado dessas relações, esperamos ter iniciado a árdua tarefa de suscitar reflexões sobre políticas públicas voltadas à capacitação docente em consonância com a conjuntura social do país e em conformidade com os anseios dos educandos, uma vez que saímos dessa experiência de estudo transformados, renovados e inspirados a novos rumos em nossa carreira docente. Acreditamos que o aluno anseie por metodologias de ensino e aprendizagem que permitam negociações entre diferenças locais e globais, estendendo a amplitude e o alcance da sua educação para além das paredes da sala

de aula tradicional, para além do ensino massificado. Concluímos com a certeza de que um norte de profundas mudanças nas práticas pedagógicas dos professores está despontando. Nesse sentido, as leis, diretrizes e planos que tratam da formação docente precisam ser repensadas e revisadas continuamente, em especial aquelas que reduzem a formação e capacitação a um treinamento e instrumentalização da prática docente, além de maiores investimentos na valorização da carreira docente (LUZZI; SILVA, 2018, pág. 35).

Já o ensaio teórico produzido por Sudbrack e seus colaboradores (2018) discorre sobre a formação e a valorização dos professores no PNE atual. Baseado em análise de documentos legais e bibliográficos os autores reafirmam a necessidade que os educadores têm em resistir contra os ataques sucessivos que a profissão docente tem recebido ao longo dos anos, alertando aí para possibilidade do plano nacional de educação atual acabar por desperdiçar 10 anos da educação do país se ele for apenas encarado como um docente formal e se tornar o protagonista e direcionador das mudanças necessárias. Os autores citam Hypolito (2015), um dos textos já apresentados aqui, para afirmar que existe uma disputa pelo controle dos significados e sentidos das políticas públicas de educação dos pais. Por fim, os autores alertam o fato de que é necessária uma mobilização que force os representantes das três esferas, municipal, estadual e federal, desenvolver mecanismos de resistência contra os impeditivos advindos da Emenda constitucional nº 55/2016 de que paralisa os gastos públicos por 20 anos e que pode trazer diversos retrocessos a educação brasileira.

É imprescindível compreender a educação enquanto política pública, articulada às demais políticas para que se fortaleça enquanto política de Estado. Condição que só se efetiva numa sociedade democrática. Tal horizonte parece nebuloso ao se considerar o atual quadro político vivenciado e que ocasionou o desmonte de políticas exitosas, num claro retrocesso ao desempoderar as ações do coletivo docente, de suas entidades representativas e dos movimentos sociais progressistas, quando da centralização e gerencialismo das decisões políticas junto à instâncias do governo federal e pela construção de políticas por experts, burocratas ou pequenos grupos de intelectuais recrutados pelo governo, ignorando o histórico de debates e participação da sociedade brasileira. Será possível avançar numa política educacional que busque a qualidade referenciada no breve PNE? São planos de carreira, salários atrativos, condições de trabalho adequadas, processos de formação inicial e continuada não para atender a mecanismos de regulação e avaliação, mas voltadas para o enriquecimento da prática educativa e formas criteriosas de seleção são requisitos para a definição de uma equipe de profissionais com o perfil necessário à melhoria da qualidade da Educação Básica pública, continuam sendo

narrativas replicadas ad nauseam (SUDBRACK et al, 2018, pág. 13-14).

Indo na mesma lógica, Jardimino e Sampaio (2018) objetivaram em seu artigo, apresentar uma discussão sobre o desenvolvimento da profissão de professor em face as metas do PNE vigente que focam nas ações referentes a formação docente e condições de trabalho. Os autores levantam pontos pertinentes no que se refere a pôr em prática os discursos emanados no Plano nacional e na legislação educacional vigente. Principalmente no que diz respeito a garantia de uma formação de qualidade e de condições de trabalho adequadas aos professores do país, haja vista que esses são elementos imprescindíveis no que se refere a efetivação de políticas públicas de educação viáveis.

Diante da importância do papel dos professores na qualidade da educação, é necessário, não apenas garantir a formação adequada desses profissionais, mas, também, oferecer-lhes condições de trabalho adequadas e, sobretudo, valorizá-los, para atraí-los e mantê-los, em sala de aula, esses profissionais. Dessa compreensão, eleva-se a importância de transformar o discurso em prática, tendo em vista que qualquer política pretendente a uma melhoria na qualidade da educação, não deve prescindir do enfrentamento relacionado à valorização do desenvolvimento profissional docente em todo o país (JARDILINO; SAMPAIO, 2018, pág. 182).

O texto atual que encontramos foi o de Magalhães (2019) que traz uma análise das concepções de formação continuada dos docentes que são apresentados no Plano Nacional de Educação atual e na Base Nacional Curricular comum. A análise foi feita a partir do materialismo histórico dialético, buscando compreender se tais documentos apresentam em seu bojo, uma base epistemológica voltada para a práxis educativa no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem. Os resultados indicados pela autora permitem afirmar que o PNE tem como sua essência propor para os docentes uma formação voltada para a prática e muita reflexão, o que favorece a um controle dos docentes, principalmente com “sistemas padronizados de avaliação, busca fortalecer ideias de meritocracia e necessidade de rankings para, de acordo com as pontuações alcançadas, manejar as finalidades educativas e as exigências de formação inicial e continuada de docentes” (pág. 196).

Após a apresentação resumida foi possível observar que os dez artigos escolhidos foram publicados por nove revistas acadêmicas diferentes.

No que se refere a pontuação do *Qualis*¹ emitido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), duas das revistas são classificadas como A1 (a mais alta), quatro como A3, uma como A4, uma como B1, uma como B2 e uma como C.

Em relação ao ano de publicação dos textos, três artigos foram publicados em 2015, dois em 2016, um em 2017, três em 2018 e uma ano de 2019.

No que se refere as instituições que mantem os referidos periódicos, sete artigos foram publicados em periódicos mantidos por instituições públicas, sendo quatro em Universidades Estaduais, duas em Universidades Federais, uma por Instituto Federal. Uma revista é mantida pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), entidade sem fins lucrativos e duas revistas mantidas por instituições privadas.

Sobre a região onde as revistas acadêmicas estão localizadas, quatro estão no Sudeste (três em São Paulo e um em Minas Gerais), três estão no Sul (duas no Paraná e uma em Santa Catarina), uma no Nordeste (Rio Grande do Norte), uma no Norte (Pará) e uma no Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul).

Em relação a autoria, os artigos foram produzidos por dezoito autores em sua totalidade. No que se refere a Instituição de cada autor, seis deles são docentes em Universidades Federais, outros seis pertencem a Instituições de ensino privadas, quatro lecionam em Institutos Federais de Ciência e Tecnologia e dois são professores de Universidades Estaduais.

Sobre a localização das instituições dos autores dos artigos analisados, seis deles são de instituições de ensino do Sudeste (quatro em São Paulo e dois em Minas Gerais), quatro do Sul (três no Rio Grande do Sul, um em Santa Catarina), quatro do Nordeste (dois em Sergipe e dois no Rio Grande do Norte), três no Centro-Oeste (dois em Mato Grosso do Sul e um em Goiás) e um no Norte (Pará).

¹ O Qualis é uma categorização que, baseado em uma série de critérios objetivos, classifica os periódicos atualmente em oito categorias: A1, A2, A3 e A4 (considerado os extratos superiores) e B1, B2, B3, B4 e C.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestas considerações é importante retomar o objetivo geral do artigo que foi levantar a produção acadêmica produzida entre 2015 a 2019 referente as condições de trabalho docente no Plano Nacional de Educação.

Foi possível observar que houve uma oscilação no que refere a quantidade de publicações científicas acerca da temática referida durante o período analisado. Outra coisa a se destacar é a importância das instituições públicas como mantenedoras das revistas acadêmicas.

Além disso foi possível observar uma grande concentração de pesquisadores de Universidades e de revistas da região Sudeste do Brasil, inclusive é onde se localizam os periódicos de maior classificação no *Qualis*.

De modo geral todos esses estudos prestaram contribuições significativas para os estudos sobre Políticas Públicas de Educação, especificamente sobre a temática do trabalho docente no Plano Nacional de Educação vigente no Brasil. Neste caso, salta aos olhos as urgências e emergências que surgem nos textos, no que se refere as condições difíceis de trabalho que o(a)s docentes brasileiros suportam e que invariavelmente não são amplamente discutidos nos documentos oficiais do estado brasileiro.

Assim, pensar em melhores condições de trabalho para o(a)s docentes do país é pensar a longo prazo em melhoria da qualidade da educação e conseqüentemente possibilidades mais concretas de superação dos problemas existentes na sociedade brasileira.

Deste modo, uma maior produção acadêmica sobre a temática das condições de trabalho docente no Plano Nacional de Educação é importante, seja pelo aumento da quantidade de pesquisadores interessados ou pela criação de novas revistas científicas, em outras regiões do país, afim de que possibilitem uma maior e mais ampla divulgação de estudos e ajudem no desenvolvimento da educação brasileira.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Ada Augusta Celestino; MACHADO, Márcia Alves de Carvalho. Políticas de formação de formadores para educação de jovens e adultos (EJA) no plano nacional de educação PNE 2014-2024. **Form. Doc.**, Belo Horizonte, v. 08, n. 14, p. 65-82, jan./jun. 2016.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

COSTA, Angelo Brandelli; ZOLTOWSKI, Ana Paula Couto. Como escrever um artigo de revisão sistemática. In: KOLLER, Silvia H.; COUTO, Maria Clara P. de Paula; HOHENDORFF, Jean Von (Orgs.) **Manual de Produção Científica**, Porto Alegre: Penso, 2014.

FERREIRA, Maria Antônia Vidal. Formação dos professores universitários no plano nacional de educação. **Revista Exitus**, Santarém, PA Vol. 5 N° 2 p. 40 – 51 Jul./Dez.2015.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. Formação inicial e continuada: a prioridade ainda postergada. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Maria Fraga (Org.). **Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

HYPOLITO, Álvaro Luiz M. Trabalho docente e o novo plano nacional de educação: valorização, formação e condições de trabalho. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 35, n. 97, p. 517-534, set.-dez., 2015.

JARDILINO, José Rubens Lima; SAMPAIO, Ana Maria Mendes. O desenvolvimento profissional docente e o PNE (2014-2024). **Revista Intersaberes**. v. 13, n. 28 2018.

LUZZI, Marta; SILVA, Themis Rondão Barbosa da Costa. Plano nacional de educação e a capacitação docente: percursos e perspectivas Brasil: percursos e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação, Cultura e Linguagem**, Campo Grande, V.2, n. 2, p. 25-36, 2018.

MAGALHÃES, Solange Martins Oliveira. Formação continuada de professores: uma análise epistemológica das concepções postas no Plano Nacional da Educação (PNE 2014-2024) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC 2015). **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 20, n. 43, p. 184-204, maio/ago. 2019.

MORAIS, João Kaio Cavalcante; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento. Formação docente e PNE (2014-2024): uma abordagem inicial. **HOLOS**, vol. 8, 2017, pp. 264-274.

PIOLLI, Evaldo et al. Plano nacional de educação, autonomia controlada e adoecimento do professor. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 35, n. 97, p. 589-607, set.-dez., 2015.

MEDINA Eugênia Urra; PAILAQUILÉN, René Mauricio Barría. A revisão sistemática e a sua relação com a prática baseada na evidência em saúde. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v.18, n.4, 2010.

MUÑOZ, Susana Inés Segura; TAKAYANAGUI, Angela Maria Magosso; SANTOS, Cláudia Benedita dos; SANCHEZ-SWEATMAN, Otto. Revisão sistemática de literatura e metanálise: noções básicas sobre seu desenho, interpretação e aplicação na área da saúde. In: **Simpósio Brasileiro de Comunicação em Enfermagem**, 8, 2002, SIBRACEN, Ribeirão Preto (SP). Anais... Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da USP.

ROGGERO, Rosemary. Valorização Profissional e Condições de Trabalho Docente no Plano Nacional de Educação 2014-2024. **EccoS Revista Científica**, núm. 40, mayo-agosto, 2016, pp. 113-128.

SUDBRACK, Edite Maria et al. Profissionalidade docente no breve PNE: formação e valorização. **Jornal de Políticas Educacionais**. V. 12, n. 4. Fevereiro de 2018.

VICENTE, Vinicius Renan Rigolin de; RAMOS, Carlos Vinícius; MOREIRA, Jani Alves da Silva. O financiamento da Educação Básica no Brasil: em discussão a vinculação de recursos. **Revista tempos e espaços em Educação**. Volume 8, Número 16 - maio/agosto 2015

Recebido em: 14/02/2021

Aceito em: 25/03/2022

Endereço para correspondência:
Nome Érika da Cruz Gonçalves Norberto
Email erikanoberto.adm@hotmail.com



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)